



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0004/2026
PROCESSO Nº 0018/2026

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE JAPI/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº **08.159.071/0001-43**, por intermédio do **Agente de Contratação (Pregoeiro)** instituído pela Portaria nº **027/2025**, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br a licitação para **Registro de Preços** na modalidade **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, apuração **POR ITEM**, regida pela Lei nº 14.133/2021; Lei Complementar nº 123/2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/2022, e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores, sob as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

Data da abertura da sessão pública: 29 de maio de 2026

Data de início das propostas 19 de maio de 2026 - Horário: 23:59h **Data de final das propostas de 26 de maio de 2026 - Horário: 23:59**, **data de abertura das propostas 29 de maio de 2026 – Horário 08:01h**

Data limite para pedido de esclarecimento: 25 de maio de 2026 – Horário 23h59min **Data limite para Impugnação: 25 de maio de 2026 – Horário 23:59h**

Local: Portal de Compras – www.portaldecompraspublicas.com.br

Modo de disputa: Aberto

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação: Registro de Preços para a **Aquisição gradual de materiais de construção, hidráulicos diversos, elétricos, visando atender as demandas do município de Japi/RN**, listados no Termo de Referência (Anexo I), tudo em conformidade com a legislação vigente.

1.1.1 . A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2 As especificações técnicas e os quantitativos dos PRODUTOS a serem adquiridos encontram-se discriminados no **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)**, parte integrante deste Edital.

1.3 Integram o presente edital os seguintes documentos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo de Declarações;
- c) ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços;
- d) ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços
- e) ANEXO V – Minuta do Contrato Administrativo;

1.4 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, via sistema eletrônico, dirigido pelo Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado no preâmbulo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

1.5 Não havendo expediente na data marcada ou outro fato superveniente que impeça a realização do certame fica a reunião adiada para outra data e horários estabelecidos pelo Setor de Licitações ou pelo Pregoeiro, através de divulgação na imprensa oficial.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**.

3.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos do artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e da Lei Complementar nº 123, de 2006;

3.3 Não poderão disputar esta licitação:

- a) Os licitantes que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Os licitantes que se enquadrem no Art. 14, da Lei Federal nº 14.133/21.
- c) Os atentes públicos de órgão ou da entidade licitante ou contratante, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.4 Os impedimentos, acaso existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

3.5 Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

3.6 O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

3.7 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.7.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.7.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.7.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.7.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.7.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.7.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.7.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.7.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.7.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.7.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.7.9 No caso de bens e/ou serviços de informática, que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.

3.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

4.1 O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

4.2 O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.6 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.5.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 7.3 ou 7.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Título IV, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.9.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.9.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.10 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 **Valor UNITÁRIO e TOTAL para cada item ou lote de itens** (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2 **Marca** de cada item ofertado; quando for material/produto ou equipamento;

6.1.3 **Fabricante** de cada item ofertado; quando for material/produto ou equipamento;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

6.7 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste edital.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio

do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do ITEM**.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (DEZ CENTAVOS)**.

7.8.1 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.15 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e

empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>.

8.2 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com a LC nº123/06.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 Se enquadrarem nos casos previstos no Art. 59, da Lei Federal nº 14.133/21.

8.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16 Quando for o caso, será solicitada amostra(s) do primeiro classificado, assim, quando não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

9.2 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

9.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.3.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.3.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.3.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.3.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.3.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.3.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.4.1 CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2 Prova de inscrição no cadastro de **contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.3 Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

9.4.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.4.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.6 Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.4.7 Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.4.8 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.4.9 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.4.10 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.4.11 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, acompanhada da Certidão de Débitos e Consulta de Autos de Infração Trabalhista.

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social da empresa e do(s) sócio(s), nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10 a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, e às empresas constituídas no exercício o Balanço de Abertura, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do estado sede da empresa e assinado por profissional habilitado, devendo-se juntar, conforme o caso, os termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, a fim de comprovar a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data estabelecida para apresentação dos documentos nesta licitação; Apresentar certidão simplificada da Junta Comercial do Estado sede da Licitante devidamente em nome da empresa, acompanhada da Certidão Específica, com data de emissão máximo até 30 dias anterior.

11 a.1) No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação de balanço, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial;

12 a.2.) No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverá ser apresentado, além do Balanço e das Demonstrações Contábeis registrados no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema;

13 a.3) Consideram-se “já exigíveis” as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (Art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2020, ambos do Plenário);

14 a.4) Empresa que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, conforme os requisitos de legislação societária e comercial; e

15 a.5) O balanço deverá ser assinado pelo representante legal da empresa e por Contador devidamente habilitado.

16 b) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, contados da data da sua apresentação, acompanhada da certidão para fins de habilitação em licitação pública, emitida pela corregedoria geral da justiça.

17 14.1.3.1. Em se tratando de licitação para aquisição de bens de pronta entrega, a ME, EPP e

equiparados ficam dispensados da apresentação do balanço patrimonial.

18 14.1.3.2. Caso o licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

19 14.1.3.3. Em se tratando de licitante subsidiária integral, caso sua empresa controladora esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado Termo de Compromisso no qual o licitante assegure que manterá a capacidade técnica, econômica, financeira e operacional, com vista a assegurar a execução do contrato.

19.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

19.1.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

19.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou emitidos pela internet.

19.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

19.4 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

19.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, bem como se apresentou todas as declarações constantes nos anexos II e III deste Edital.

19.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

19.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

19.8 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

19.9 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

19.9.1 Em caso de apresentação incompleta dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá abrir diligência, no prazo máximo de 02 (duas) horas, para que a empresa sane a pendência detectada.

19.10 A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

19.10.1 Os documentos relativos à habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, no prazo de **02 (duas) horas** contados da solicitação do Agente de contratação.

Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.11 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

19.12 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

19.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

19.14 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Deverá o licitante apresentar **ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO** dentro do prazo de validade e emitido pelo órgão competente. (Não será aceito comprovantes de pagamentos ou protocolo).

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta readequada** – deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

10.1.1. Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

10.1.3. Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso:

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7 O não envio da documentação no prazo citado acima ensejará na inabilitação do licitante.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1 Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 07:00 às 13:00 horas.

11.2 Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

11.2.1 No endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

11.3 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

11.4 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5 Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

11.6 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

12.2 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame

será de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

12.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.4 O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.5 As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

12.5.1 Em campo próprio do sistema eletrônico.

12.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão

12.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.8 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.9 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.10 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, se enquadra nas previsões contidas no Art. 155, incisos IV, V, VI, VIII, IX, X, XI e XII da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 Os licitantes que incorrerem nas infrações previstas no item anterior, após o devido processo administrativo, estarão sujeitas às sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

14.1.1 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

14.1.2 Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

14.1.3 Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

14.1.4 Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. DO CADASTRO RESEVA

15.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, nos termos do Art. 82, VII, da Lei Federal nº 14.133/21.

15.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

16. DA ASSINATURA DA ARP OU CONTRATO

16.1 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

16.2 As normas a serem seguidas para aqueles convocados para a assinatura do instrumento contratual ou equivalente, são aquelas estabelecidas no Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/21.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 O sistema gerará automaticamente a ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

17.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura de Japi/RN.

17.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br). É competente o foro da Comarca do Município de Arez, no Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Japi/RN, 19 de maio de 2026.

HERON RÉGIS DE MEDEIROS PINTO

Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos
Mat.: 300

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a Formação de registro de Preços para **Aquisição gradual de materiais de construção e hidráulicos diversos e elétricos, visando atender as demandas do município de Japi/RN.**

1.2. A contratação do fornecimento, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e legislação pertinente, considerada as alterações posteriores das referidas normas.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Para a contratação:

2.1.1. A razão desta solicitação encontra respaldo no fato de que há necessidade ao perfeito andamento dos serviços básicos executados pela Secretaria de Infraestrutura, no atendimento à população quanto ao melhoramento da infraestrutura da cidade.

Considerando que o presente objeto aqui solicitado é essencial para a continuidade dos trabalhos inseridos e voltados à melhorias do município, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço que é considerado público, de uso comum e posse de todos em todos os períodos do dia, com acessibilidade, principalmente em calçamento estruturado e com os devidos reparos em suas rachaduras e deterioração.

A continuidade da manutenção e/ou conservação da estrutura pública traduz-se em melhor imagem da cidade, favorecendo o turismo, o comércio, e o lazer, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social e econômico da população. O desgaste dos materiais que compõem a infraestrutura, sob pena de apresentarem defeitos, sendo que, a solução é a prevenção por meio de serviços operacionais, que incluem a manutenção preventiva e corretiva.

Essa aquisição de materiais de construção se justifica, ainda, face ao interesse público presente na necessidade da utilização dos materiais para a manutenção, e pequenas reformas, que serão realizadas, sem a qual poderá prejudicar as atividades desenvolvidas principalmente nas vias públicas.

Contudo, uma manutenção preventiva, adequada e eficiente é uma forma racional de aplicar os recursos destinado para a melhoria das ruas do Município ficando clara a necessidade da Administração Municipal atuar com agilidade e eficiência na execução da conservação da infraestrutura do município, uma vez que é seu dever e responsabilidade organizar e prestar os serviços de interesse local, sendo que a infraestrutura se constitui como uma das principais atribuições desta secretaria. Vale salientar, que há processo vigente para este objeto, porém, empresas vencedoras pediram desistência de diversos itens, assim como foi detectada a falta de outros itens necessários, ocasionando assim a demanda de um novo processo.

2.2. Para a estimativa dos quantitativos e valor da contratação:

2.2.1. O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do consumo e utilização prováveis foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerado o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existentes.

3. DA COMPRA

3.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

Item	Descrição	Qtd	Unid.	Preço Médio (R\$)
1	ABRACADEIRA METAL C/CUNHA 3/4" ZB	60	Unidade	R\$ 2,85
2	ABRACADEIRA METAL C/CUNHA 1" ZB	60	Unidade	R\$ 2,14
3	ABRACADEIRA METAL D 20MM ZB	100	Unidade	R\$ 12,44
4	ABRACADEIRA NYLON 2,5X100MMX100	100	Unidade	R\$ 2,82
5	ABRACADEIRA PVC 32MM	100	Unidade	R\$ 2,85
6	ACESSORIO P/BANHEIRO 5 PCS	15	Unidade	R\$ 68,30
7	ADAP. C/ FLANGE 20MM	50	Unidade	R\$ 10,71
8	ADAP. C/ FLANGE 25MM	50	Unidade	R\$ 8,63
9	ADAP. C/ FLANGE 40MM	50	Unidade	R\$ 25,29
10	ABRACADEIRA ROSCA S/FIM 1.1/2"	100	Unidade	R\$ 2,01
11	ADAP. LR 20X1/2	50	Unidade	R\$ 3,98
12	ADAP. LR 25X3/4	50	Unidade	R\$ 2,06
13	ADAP. LR 32X1	50	Unidade	R\$ 4,87
14	ADAP. LR 50X1.1/2	50	Unidade	R\$ 8,20
15	ADAP. PVC 1/2"	150	Unidade	R\$ 1,90
16	ADAP. PVC 3/4"	150	Unidade	R\$ 3,71
17	ADAP. PVC 40MM	150	Unidade	R\$ 7,90
18	ANDAIME	40	Unidade	R\$ 276,44
19	ALÇA APOIO INOX TIPO U 80CM C/PARAFIXAÇÃO	30	Unidade	R\$ 85,50
20	ALICATE TORQUES 10"	5	Unidade	R\$ 47,48
21	ALICATE UNIVERSAL 8	10	Unidade	R\$ 52,05
22	ALIZAR MASSARANDUBA	200	Metro	R\$ 87,25
23	ALIZAR JATOBA	200	Metro	R\$ 90,07
24	ANEL BORRACHA 50	50	Unidade	R\$ 1,97
25	ANEL BORRACHA 100	50	Unidade	R\$ 4,09
26	ANEL DE CONCRETO PARA FOSSA 1,0M	100	Unidade	R\$ 213,95
27	ANEL VEDACAO CX DESC ACOPL	100	Unidade	R\$ 12,96
28	ARAME FARPADO 250M	80	Rolo	R\$ 362,71
29	ARAME GALVANIZADO 18	80	KG	R\$ 24,62
30	ARAME RECOZIDO	80	KG	R\$ 21,31
31	ARREBITE 32X10	100	Unidade	R\$ 3,55
32	ARREBITE 32X12	100	Unidade	R\$ 21,68
33	ARAMASSA ANTIFUNGO PARA REJUNTE	200	Pacote	R\$ 15,98
34	ARO CARRO MAO	20	Unidade	R\$ 106,51
35	ASSENTO SANITARIO BC	100	Unidade	R\$ 106,51
36	ASSENTO SANITARIO ALMOFADADO	100	Unidade	R\$ 61,20
37	BALDE DE FERRO COM CAPACIDADE DE 10L COM ALÇA	50	Unidade	R\$ 15,80
38	BLOCO CERAMICO P/LAJE	3000	Unidade	R\$ 2,13
39	BLOCO DE CONCRETO PARA PISO INTERTRAVADO COR NAT 20X10	3000	M²	R\$ 85,21
40	BOIA CX DESC ACOPLADA	50	Unidade	R\$ 44,53
41	BICA DE ALUMINIO 80 CM	30	Metro	R\$ 143,96
42	BICA DE ALUMINIO 100 CM	30	Metro	R\$ 149,82
43	BICA ZINCADA 80 CM	30	Metro	R\$ 53,26
44	BICA ZINCADA 100 CM	30	Metro	R\$ 65,96
45	BOIA CX DESC EXTERNA	50	Unidade	R\$ 20,12
46	BOIA ELETRICA	80	Unidade	R\$ 57,50
47	BOTA BORRACHA 7 LEGUAS PT - NUMEROS	100	Par	R\$ 52,78
48	BOTÃO ACION SUPERIOR CX DESC	20	Unidade	R\$ 29,12
49	BRITA 0 - CASCALHINHO	300	M³	R\$ 309,16
50	BRITA 19	200	M³	R\$ 309,16
51	BRITA 17	300	M³	R\$ 309,16

52	BROCA AÇO RAPIDO 2X6,5MM JOGO	20	Unidade	R\$ 59,75
53	BROCA AÇO RAPIDO 1/16	20	Unidade	R\$ 24,06
54	BROCA AÇO RAPIDO 3/8"	30	Unidade	R\$ 15,17
55	BROCA AÇO RAPIDO 5/16	20	Unidade	R\$ 23,68
56	BROCA AÇO RAPIDO 5/32	20	Unidade	R\$ 14,89
57	BROCA CHATA 5/8"	20	Unidade	R\$ 17,54
58	BICO PARA ENCHER PNEU	10	Unidade	R\$ 23,06
59	BROCA MARTELETE 06MMX210MM	20	Unidade	R\$ 15,84
60	BROCA MARTELETE 10MMX160MM	20	Unidade	R\$ 20,18
61	BROCA MARTELETE 14MMX160MM	20	Unidade	R\$ 15,55
62	BROCA MARTELETE 18MMX210MM	20	Unidade	R\$ 41,50
63	BUCHA PLASTICA 8mm, PACOTE COM 100und	80	Pacote	R\$ 34,47
64	BUCHA KLANP 4/6/8	800	Unidade	R\$ 5,39
65	BUCHA NYLON 05 (FIXAR PARAF.)	250	Unidade	R\$ 0,08
66	BUCHA NYLON 06 (FIXAR PARAF.)	150	Unidade	R\$ 0,30
67	BUCHA RED. 25X20	150	Unidade	R\$ 1,57
68	BUCHA RED. 40X32	150	Unidade	R\$ 3,16
69	BUCHA RED. LONG. 32X20	150	Unidade	R\$ 3,90
70	BUCHA RED. LONG. 50X20	150	Unidade	R\$ 2,97
71	BUCHA RED. ROSCAVEL 3/4X1/2"	150	Unidade	R\$ 1,54
72	BUCHA RED. ROSCAVEL 1X3/4"	150	Unidade	R\$ 4,06
73	CADEADO N° 20MM	10	Unidade	R\$ 25,47
74	CADEADO N° 30MM	10	Unidade	R\$ 36,76
75	CADEADO N° 50MM	10	Unidade	R\$ 51,99
76	CAIBRO MADEIRA - 7X5 CM	3000	Metro	R\$ 42,26
77	CAIXA DE AGUA 500L	20	Unidade	R\$ 320,74
78	CAIXA DESCARGA EXTERNA S/ENGATE	80	Unidade	R\$ 34,84
79	CAIXA DE PORTA DE JATOBÁ 2,10X0,90 CM	50	Unidade	R\$ 266,27
80	CAIXA MEDIDOR MONO COMPLETA	15	Unidade	R\$ 159,77
81	CAIXA MEDIDOR TRIF COMPLETA	15	Unidade	R\$ 319,54
82	CAIXA SANFONADA 100X50	50	Unidade	R\$ 23,80
83	CAIXA DE INSPEÇÃO DE 0,60X0,60X0,60	10	Unidade	R\$ 413,24
84	CALHA TUBULAR 1X20W LAMP FLUORES	20	Unidade	R\$ 54,29
85	CALHA TUBULAR 1X40W LAMP FLUORES	20	Unidade	R\$ 56,39
86	CANTONEIRA CANTO ALUMINIO 3M	40	Unidade	R\$ 16,49
87	CANTONEIRA MAO FRANCESA 20 BC	80	Unidade	R\$ 10,30
88	CAP PVC ESG 40	150	Unidade	R\$ 3,43
89	CAP PVC ESG 100	100	Unidade	R\$ 7,71
90	CAP PVC ESG 150	80	Unidade	R\$ 50,69
91	CAP PVC ROSCAVEL 1/2	100	Unidade	R\$ 3,55
92	CAP PVC ROSCAVEL 3/4	100	Unidade	R\$ 3,47
93	CAP PVC SOLD 20MM	150	Unidade	R\$ 0,67
94	CAP PVC SOLD 40MM	150	Unidade	R\$ 2,34
95	CINTO SEGURANCA TALABARTE	5	Unidade	R\$ 851,86
96	CIMENTO SC 50KG	8000	Unidade	R\$ 55,40
97	CERAMICA ESMALTADA EXTRA OU 1ª QUALIDADE PARA PISO TRAFEGO C/ARGAR PESADA PEI-5, TAMANHO 45x45cm	1000	M²	R\$ 67,72
98	CHAVE BIELA 8 A 18	10	Conjunto	R\$ 41,06
99	CHIBANCA NORMAL COM CABO	50	Unidade	R\$ 159,77
100	CHUVEIRO PVC 4" BC C/BRACO	70	Unidade	R\$ 26,26
101	COLA PVC	150	Unidade	R\$ 7,65
102	COLUNA (ESQUELETO) DE FERRO 3/8"	100	Unidade	R\$ 213,02
103	COLUNA DE FERRO PRONTAS DE 20X35 FERRO 12 DE 6 MT	100	Unidade	R\$ 266,27
104	CONE 75 EMBORRACHADO REFLETIVO	50	Unidade	R\$ 63,91

105	CORDA TRANÇADA PP BRANCO DE 5mm DE DIAMETRO. ROLO 300M	10	Rolo	R\$ 252,91
106	COMPRESSOR MEDIO - BOMBA DE AR, REPARO HOME, INFLACAO DE PNEU	2	Unidade	R\$ 2.192,11
107	CORDA DE POLIAMIDA COM DIAMETRO DE 12mm	100	Metro	R\$ 12,74
108	CORDA DE POLIPROPILENO 10 MM	150	Metro	R\$ 4,64
109	CORRENTE P/CX DESC ACOPLADA	10	Unidade	R\$ 6,94
110	CURVA PVC ESG CURTA 40X90°	100	Unidade	R\$ 9,94
111	CURVA PVC ESG CURTA 100X90°	100	Unidade	R\$ 13,29
112	CURVA PVC ESG LONGA 40X45°	100	Unidade	R\$ 29,95
113	CURVA PVC ESG LONGA 50X45°	100	Unidade	R\$ 17,44
114	CURVA PVC SOLD 32MM	100	Unidade	R\$ 5,52
115	CURVA PVC SOLD 50MM	100	Unidade	R\$ 14,07
116	CURVA PVC SOLD 40MM	100	Unidade	R\$ 15,27
117	CURVA PVC SOLD 75MM	100	Unidade	R\$ 48,55
118	CURVA PVC SOLD 3/4MM	100	Unidade	R\$ 5,62
119	DESEMPENO AÇO DENTADO	10	Unidade	R\$ 22,29
120	DISCO CORTE P/MADEIRA 4.1/2	50	Unidade	R\$ 11,42
121	DISCO CORTE P/MADEIRA 24 DENTES 180X20MM	30	Unidade	R\$ 32,53
122	DISCO DE CORTE METAL 7"	30	Unidade	R\$ 5,32
123	DISCO DE CORTE METAL 12"	40	Unidade	R\$ 18,11
124	DISCO DE DESBASTE 7"	50	Unidade	R\$ 11,01
125	DISCO DIAMANTADO DE 350 MM	50	Unidade	R\$ 287,30
126	DISCO LIXA FERRO 180MM GRAO 24	50	Unidade	R\$ 3,54
127	DISCO LIXA FERRO 180MM GRAO 50	50	Unidade	R\$ 4,56
128	DISCO LIXA FERRO 180MM GRAO 80	50	Unidade	R\$ 4,45
129	DISCO SEGMENTADO 4.1/2	50	Unidade	R\$ 12,33
130	DOB. 2.1/2" C/2 ZINCADA P/JANELA	50	Conjunto	R\$ 23,37
131	DOB. P/ PORTA: PORTA LATÃO, ALTURA: 3 POL	50	Unidade	R\$ 27,27
132	DOB. 3" ZINCADA AVULSA	50	Unidade	R\$ 34,71
133	DOB. 3" ZINCADA C/3	50	Conjunto	R\$ 17,61
134	DOB. 3.1/2" LATAO CR C/ANEL CR C/3	50	Unidade	R\$ 25,43
135	DOBRADIÇAS DE INOX	20	Par	R\$ 28,64
136	DOBRADIÇAS CROMADAS	20	Par	R\$ 47,26
137	DOBRADIÇA P/ PORTAO	20	Par	R\$ 24,91
138	DOB. PORTA CADEADO 3.1/2" ALDABRA ZB	50	Unidade	R\$ 19,12
139	DOB. TIPO PORTEIRA C03 GDE	50	Unidade	R\$ 51,34
140	DOB. VAI E VEM	50	Unidade	R\$ 48,34
141	ELETRODOS DE SOLDA - 2,50 MM/KG	50	KG	R\$ 142,71
142	ENGATE PLASTICO 30CM	70	Unidade	R\$ 11,96
143	ENGATE PLASTICO 40CM	70	Unidade	R\$ 9,33
144	ENXADA 2,5L	30	Unidade	R\$ 95,86
145	ESPATULA PARA ESPALAMENTO E ALISAMENTO DE MASSA	20	Unidade	R\$ 19,58
146	ESPATULA 10MM CB MADEIRA	15	Unidade	R\$ 14,07
147	ESPUMA PEDREIRO	100	Unidade	R\$ 6,31
148	ESPUDE P/ VASO SANITARIO	60	Unidade	R\$ 9,62
149	FACAO MATO 14"	15	Unidade	R\$ 21,31
150	FECHADURA CILINDRICA CROMADA	50	Unidade	R\$ 75,14
151	FECHADURA CORRER INOX BICO PAPAGAIO	20	Unidade	R\$ 63,44
152	FECHADURA EXT C/ALAVANCA INOX	30	Unidade	R\$ 55,81
153	FECHADURA GAVETA UNIVERSAL EXT	30	Unidade	R\$ 34,10
154	FECHADURA PORTA DE ROLO TETRA	20	Unidade	R\$ 51,93
155	FECHADURA PARA PORTAO DE ALUMINIO	20	Unidade	R\$ 61,52
156	FERRO VERGALHÃO (ESTRIBO) VARA C/12MT -4.2MM	200	Unidade	R\$ 33,08

157	FERROLHO CHATO 3" ZINCADO	50	Unidade	R\$ 7,43
158	FERROLHO CHATO 4" ZINCADO C/PORTA CADEADO	50	Unidade	R\$ 11,77
159	FITA TEFLON	50	Unidade	R\$ 17,65
160	FITA ZEBRADA	40	Unidade	R\$ 17,95
161	FITA ISOLANTE 3M	200	Unidade	R\$ 12,53
162	FLANGE PARA CAIXA DE AGUA 20 MM	100	Unidade	R\$ 10,39
163	FITA ANTEDERRAPANTE 50MMX5M	50	Unidade	R\$ 37,74
164	FLANGE PARA CAIXA DE AGUA 3/4" MM	100	Unidade	R\$ 13,59
165	FLANGE PARA CAIXA DE AGUA 32 MM	100	Unidade	R\$ 19,38
166	FLANGE PARA CAIXA DE AGUA 40 MM	100	Unidade	R\$ 97,76
167	FLANGE PARA CAIXA DE AGUA 50 MM	100	Unidade	R\$ 26,97
168	FOICE ROCADEIRA	20	Unidade	R\$ 63,44
169	FOLHA DE COMPENSADO - EM MADEIRA CHAPA DE 2,20CMX1,60CM	200	Unidade	R\$ 266,27
170	FORRO PVC DE 0,14MM DE ESPESSURA E 200MM LARGURA COR BRANCA	1000	Metro	R\$ 85,21
171	FUNDO ANTICORROSIVO TIPO ZARCAO OU EQUIVALENTE GALAO 3,6L	50	Unidade	R\$ 114,31
172	GESSO SC 1KG	1000	Unidade	R\$ 15,50
173	GRAMPO CERCA	30	KG	R\$ 26,63
174	GRAMPO DE CERCA 1KG	50	Unidade	R\$ 26,63
175	GRAMPO P/CABO AÇO 1/8 INOX	200	Unidade	R\$ 26,63
176	GRAMPO P/CABO AÇO 3/8 INOX	200	Unidade	R\$ 6,64
177	GRAUDE VEDACIT 25 KG	500	Unidade	R\$ 83,17
178	GRELHA INOX 150X150 C/CAXILHO	50	Unidade	R\$ 28,79
179	GRELHA INOX 150X150 S/CAXILHO	50	Unidade	R\$ 16,69
180	GRELHA PVC 100 RED. BC	50	Unidade	R\$ 16,11
181	GRELHA PVC 100 RED. CROMADA	50	Unidade	R\$ 13,74
182	GRELHA PVC 100X100MM	50	Unidade	R\$ 63,05
183	IMPERMEABILIZANTE FLEXIVEL 3,6 L	50	Unidade	R\$ 58,50
184	HASTE PARA ATERRAMENTO 1,2m	20	Unidade	R\$ 23,29
185	HERBICIDA ROUNDUP ORIGINAL MAIS 5 LITROS	20	Unidade	R\$ 86,31
186	JANELA MADEIRA 1,00M CORRER	50	Unidade	R\$ 364,31
187	JANELA MADEIRA 1,20M CORRER	100	Unidade	R\$ 436,69
188	JANELA MADEIRA 1,50M CORRER	50	Unidade	R\$ 695,89
189	JOELHO PVC AZUL 38 P/CANO DESC HIDRA	70	Unidade	R\$ 11,41
190	JOELHO PVC LISO DE ÁGUA 1/2"	150	Unidade	R\$ 1,90
191	JOELHO PVC LISO DE ÁGUA 3/4"	150	Unidade	R\$ 2,62
192	JOELHO PVC LISO DE ÁGUA 40 MM	150	Unidade	R\$ 4,80
193	JOELHO PVC LISO DE ÁGUA 50 MM	150	Unidade	R\$ 6,87
194	JOELHO PVC LISO DE ÁGUA 60 MM	150	Unidade	R\$ 21,27
195	JOELHO PVC LISO DE ÁGUA 75 MM	150	Unidade	R\$ 25,33
196	JOELHO PVC LISO DE ÁGUA 100 MM	70	Unidade	R\$ 34,22
197	JOELHO PVC ESG 40 MM	70	Unidade	R\$ 3,19
198	JOELHO PVC ESG 50 MM	70	Unidade	R\$ 2,46
199	JOELHO PVC ESG 75 MM	70	Unidade	R\$ 7,68
200	JOELHO PVC ESG 100 MM	150	Unidade	R\$ 6,41
201	JOELHO PVC ESG 150	100	Unidade	R\$ 34,85
202	JOELHO PVC LRM 20X1/2	100	Unidade	R\$ 1,69
203	JOELHO PVC LRM 25X3/4	100	Unidade	R\$ 3,26
204	JOELHO PVC ROSCAVEL 1/2	100	Unidade	R\$ 2,40
205	JOELHO PVC ROSCAVEL 3/4	100	Unidade	R\$ 4,75
206	JOELHO PVC SOLD 20MMX45°	100	Unidade	R\$ 5,41
207	JOELHO PVC SOLD 40MMX45°	100	Unidade	R\$ 2,88
208	JOELHO PVC SOLD 50MMX45°	100	Unidade	R\$ 4,36
209	JOELHO PVC SOLD 60MMX90°	100	Unidade	R\$ 11,68
210	JUGULAR SILICONE P/CAPACETE	50	Unidade	R\$ 7,30

211	JUNÇÃO PVC ESG 50	50	Unidade	R\$ 10,79
212	JUNÇÃO PVC ESG 100	50	Unidade	R\$ 20,01
213	LAVANDERIA	150	Unidade	R\$ 202,49
214	LIMA GROSSA BASTADA 12	50	Unidade	R\$ 34,09
215	LIMA PARA ENXADA	50	Unidade	R\$ 15,35
216	LINHA MADEIRA 3X6 DE 1ª QUALIDADE COM 6 METROS	1500	Unidade	R\$ 51,15
217	LINHA MADEIRA 3X8 MASSARANDUBA VÁRIOS TAMANHOS	600	Metro	R\$ 53,45
218	LIXA FERRO 24	20	Unidade	R\$ 5,88
219	LIXA FERRO 120	1000	Unidade	R\$ 4,11
220	LIXA MADEIRA 80	700	Unidade	R\$ 2,14
221	LIXA MADEIRA AMARELA GRAO 80	400	Unidade	R\$ 3,92
222	LIXA MASSA 150	50	Unidade	R\$ 2,99
223	LIXA MASSA 80	500	Unidade	R\$ 4,52
224	LIXA TETO S/CABO	100	Unidade	R\$ 34,01
225	LUVA ISOLANTE ELÉTRICA DE BORRACHA	10	Par	R\$ 161,87
226	LUVA TECIDO TRICOTADO BC	50	Par	R\$ 7,25
227	LUVA DE PANO PIGMENTADA	100	Par	R\$ 5,76
228	LUVA DE RASPA COURO CANO CURTO	50	Par	R\$ 20,81
229	LUVA DE RASPA DE COURO, CANO LONGO	80	Par	R\$ 24,60
230	LUVA BORRACHA CANO LONGO	30	Par	R\$ 10,43
231	LUVA DE BORRACHA CANO CURTO	30	Par	R\$ 14,02
232	LUVA NITRILICA LONGA	50	Par	R\$ 21,29
233	LUVA PVC CORRER ESG 40	100	Unidade	R\$ 24,13
234	LUVA PVC CORRER ESG 75	50	Unidade	R\$ 23,62
235	LUVA PVC CORRER ESG 100	100	Unidade	R\$ 10,56
236	LUVA PVC ESG 40	150	Unidade	R\$ 5,63
237	LUVA PVC ESG 50	150	Unidade	R\$ 17,01
238	LUVA PVC ESG 75	100	Unidade	R\$ 29,05
239	LUVA PVC ESG 100	100	Unidade	R\$ 27,91
240	LUVA PVC LR 50MM	100	Unidade	R\$ 4,84
241	LUVA PVC RED. 25X20	100	Unidade	R\$ 4,15
242	LUVA PVC RED. 32X25	100	Unidade	R\$ 5,37
243	LUVA PVC RED. ROSCAVEL 1'X1/2	100	Unidade	R\$ 1,54
244	LUVA PVC RED. ROSCAVEL 3/4X1/2	100	Unidade	R\$ 3,42
245	LUVA PVC ROSCAVEL 3/4"	100	Unidade	R\$ 3,76
246	LUVA PVC ROSCAVEL 1"	100	Unidade	R\$ 3,86
247	LUVA PVC SOLD 20MM	100	Unidade	R\$ 2,94
248	LUVA PVC SOLD 60MM	100	Unidade	R\$ 14,80
249	LUVA PVC SOLD CORRER 20MM	200	Unidade	R\$ 6,26
250	LUVA PVC SOLD CORRER 25MM	200	Unidade	R\$ 29,87
251	LUVA PVC SOLD CORRER 50MM	80	Unidade	R\$ 34,80
252	LUVA RASPA COURO P/CONST CURTA	50	Par	R\$ 19,66
253	MACHADINHA	20	Unidade	R\$ 49,89
254	MACHADO	5	Unidade	R\$ 85,06
255	MALHA POPY 4.2 1,8MX2,80M	100	Unidade	R\$ 116,85
256	MANG. TIPO JIBOIA PT MICROFURADA ROLO COM 25 METROS	20	Rolo	R\$ 113,47
257	MANGUEIRA JARDIM 1/2X50M TRANÇADA	10	Unidade	R\$ 108,19
258	MANGUEIRA DE NIVEL COM 10 METROS	200	Metro	R\$ 34,53
259	MANILHA CONCRETO ARMADO 1,0MX300MM PONTA E BOLSA	100	Unidade	R\$ 319,53
260	MANILHA CONCRETO ARMADO 1,0MX500MM PONTA E BOLSA	100	Unidade	R\$ 479,29
261	MANILHA CONCRETO ARMADO 1,0MX600MM PONTA E BOLSA	100	Unidade	R\$ 532,55
262	MANTA ASFÁLTICA	20	Rolo	R\$ 92,51

263	MANTA LIQUIDA 18 L	20	Unidade	R\$ 197,77
264	MANTA ADESIVA ALUMINADA FRIA 30CM- ROLO COM 10 METROS	10	Rolo	R\$ 52,06
265	MARTELO DE UNHA COM 25mm COM CABO DE MADEIRA	20	Unidade	R\$ 53,06
266	MARRETA 1KG	10	Unidade	R\$ 43,76
267	MARRETA 2KG	10	Unidade	R\$ 71,82
268	MASSA ACRILICA 18L	200	Unidade	R\$ 126,87
269	MICTÓRIO DE LOUÇA	20	Unidade	R\$ 312,29
270	NYLON DE 3MM COM 4 PONTAS P/ CORTADOR DE GRAMA	20	Unidade	R\$ 170,76
271	OCULO PROTECAO MASSARIQUEIRO	10	Unidade	R\$ 14,48
272	OCULOS VEX AMPLA VISAO EM POLICARBONATO	30	Unidade	R\$ 55,21
273	PA BICO	30	Unidade	R\$ 87,63
274	PA QUADRADA	30	Unidade	R\$ 87,63
275	PARAFUSO BROCANTE P/PVC	500	Unidade	R\$ 0,64
276	PARAFUSO DE LATÃO CABEÇA PHILLIPS 3,0mmx35,0mm	2000	Unidade	R\$ 3,68
277	PARAF. FIXAR LOUCA SANITARIO 8 C/BUCHA	100	Unidade	R\$ 2,02
278	PARAF. FIXAR LOUCA SANITARIO 10 C/BUCHA	100	Unidade	R\$ 1,10
279	PARAF. CAMA LATONADO 1/4X3 C/ PORCA E ARRUELA	100	Unidade	R\$ 3,66
280	PARAF. FENDA ESTRELA 3,0X12 ROSCA SOBERBA	100	Unidade	R\$ 2,23
281	PARAF. FENDA ESTRELA 4,2X40 ROSCA SOBERBA	100	Unidade	R\$ 3,88
282	PARAF. FENDA ESTRELA INOX 4,20X55 ROSCA SOBERBA	100	Unidade	R\$ 6,73
283	PARAF. FRANCES 1/2X4" C/PORCA E ARRUELA	100	Unidade	R\$ 5,17
284	PARAF. FRANCES 1/4X1.1/2 C/PORCA E ARRUELA	100	Unidade	R\$ 6,16
285	PARAF. FRANCES 3/8X2.1/2" C/PORCA E ARRUELA	100	Unidade	R\$ 3,19
286	PARAF. FRANCES 5/16X1.1/2 C/PORCA E ARRUELA	100	Unidade	R\$ 2,45
287	PARAF. SEXT 3/16X40MM ROSCA SOBERBA	100	Unidade	R\$ 3,37
288	PARAF. SEXT 1/4X90MM ROSCA SOBERBA ZINCADO	100	Unidade	R\$ 2,80
289	PARAFUSO PVC P/ASSENTO SANITARIO	100	Par	R\$ 4,96
290	PARAFUSO PVC P/CX ACOPLADA	100	Par	R\$ 17,08
291	PASTILHA CERAMICA CORES VARIADAS (10x10)	200	Unidade	R\$ 71,63
292	PEDRA MARRUADA	200	M²	R\$ 243,37
293	PEDRA P/AMOLAR RETANGULAR	10	Unidade	R\$ 25,91
294	PICARETA	10	Unidade	R\$ 127,82
295	PINCEL 0 ARTISTICO	50	Unidade	R\$ 3,98
296	PINCEL 4 ARTISTICO	50	Unidade	R\$ 4,58
297	PISO PODOTATIL DIRECIONAL 25X25	500	M²	R\$ 97,36
298	PISO TÁTIL EMBORRACHADO TAMANHO 25X25	300	M²	R\$ 97,36
299	PLACA MADEIRA 50X30M LARG (SETA E NOME DESVIO)	80	Unidade	R\$ 33,69
300	PLAINA ELÉTRICA PROFISSIONAL	5	Unidade	R\$ 561,68
301	PORTA LAMINADA 2.10X60	50	Unidade	R\$ 307,28
302	PORTA LAMINADA 2.10X70	50	Unidade	R\$ 265,78
303	PORTA LAMINADA 2.10X80	100	Unidade	R\$ 346,18

304	PORTA SANFONADA 60CMX210	15	Unidade	R\$ 184,82
305	PORTA SANFONADA 70CMX210	30	Unidade	R\$ 209,24
306	PORTA SANFONADA 80CMX210	30	Unidade	R\$ 334,24
307	PORTA SANFONADA 90CMX210	30	Unidade	R\$ 315,06
308	PISTOLA PARA TINTA LAVAVEL	5	Unidade	R\$ 162,84
309	PREGO CAIBROS 18X30	30	KG	R\$ 31,95
310	PREGO CAIBROS 18X27	30	KG	R\$ 31,95
311	PREGO 13x15 PARA MARCENARIA	30	KG	R\$ 31,95
312	PREGO CAIBROS 17X21	30	KG	R\$ 31,95
313	PREGO PARA ALISAR SEM CABEÇA COMUM 12X12	30	KG	R\$ 31,95
314	PREGO 25x72 PARA MARCENARIA	15	KG	R\$ 31,95
315	PREGO 12x12 COM CABEÇA	30	KG	R\$ 31,95
316	PREGO 10x10 SEM CABEÇA	15	KG	R\$ 31,95
317	PREGO 10x10 COM CABEÇA	15	KG	R\$ 31,95
318	PREGO RIPAS 15X18	30	KG	R\$ 31,95
319	PREGO 3/4X17 S/C	30	KG	R\$ 31,95
320	PREGO 1.1/2X13	100	KG	R\$ 31,95
321	PREGO 2X10 C/C	100	KG	R\$ 31,95
322	PREGO 3X8 C/C	30	KG	R\$ 31,95
323	PROTETOR AURICULAR PLUG SILICONE	100	Unidade	R\$ 10,79
324	PRUMO DE CENTRO 500g	3	Unidade	R\$ 41,65
325	RABICHO PARACAIXA DEDESCARGA 1/2"	100	Unidade	R\$ 13,16
326	RALO SANFONADO QUADRADA 43 100X40	80	Unidade	R\$ 14,57
327	RALO SANFONADO RED 100X38X40	150	Unidade	R\$ 14,71
328	REBOLO (ESMERIL) 4X19X75MM 6P	5	Unidade	R\$ 39,35
329	RED. PVC EXENC 75X50	50	Unidade	R\$ 13,75
330	RED. PVC SOLD 32X1/2	50	Unidade	R\$ 16,80
331	RED. PVC SOLD 50X3/4	50	Unidade	R\$ 7,22
332	RED. PVC SOLD 40X3/4	50	Unidade	R\$ 9,35
333	RED. PVC SOLD 40X1/2	50	Unidade	R\$ 7,77
334	RED. PVC ESG 50X40	50	Unidade	R\$ 4,80
335	REGISTRO ESFERA METAL 3/4" TIPO DECA	80	Unidade	R\$ 31,65
336	REGISTRO ESFERA PVC 20MM	100	Unidade	R\$ 8,65
337	REGISTRO ESFERA PVC 25MM	80	Unidade	R\$ 11,24
338	REGISTRO ESFERA PVC 32MM	80	Unidade	R\$ 19,10
339	REGISTRO ESFERA PVC 40MM	80	Unidade	R\$ 30,14
340	REGISTRO ESFERA PVC 50MM	80	Unidade	R\$ 30,90
341	REGISTRO GAVETA 3/4 BRUTO	80	Unidade	R\$ 40,94
342	REGISTRO GAVETA 3/4" C 40 CR	80	Unidade	R\$ 57,97
343	REGISTRO GAVETA 1.1/2" BRUTO	80	Unidade	R\$ 127,18
344	REGISTRO GAVETA 1.1/2" C 40 CR	80	Unidade	R\$ 105,17
345	REGISTRO GAVETA 2" BRUTO	80	Unidade	R\$ 85,48
346	REGISTRO PRESSAO 1/2" C 23 CR	80	Unidade	R\$ 60,13
347	REGISTRO PRESSAO 1/2" C 40 CR	80	Unidade	R\$ 59,77
348	REGUA DE PEDREIRO 2M REFOCADA	15	Unidade	R\$ 60,93
349	REJUNTE INTERNO SC 1KG CORES	100	Unidade	R\$ 12,80
350	REJUNTE EXTERNO SC 1KG CORES	100	Unidade	R\$ 9,88
351	REMOVEDOR DE TINTA	20	Litro	R\$ 65,35
352	REPARO CX DESC ACOPL COMPLETO PADRAO CELITE	30	Unidade	R\$ 27,26
353	REPARO CX DESC HYDRA	30	Unidade	R\$ 59,29
354	REPARO P/REG PRESSAO 3/4 MVS	80	Unidade	R\$ 38,61
355	REPARO P/REG PRESSAO 3/4 VEDANTE	80	Unidade	R\$ 54,95
356	REPARO P/TORNEIRA 1/2 MVS	80	Unidade	R\$ 41,52
357	REPARO P/TORNEIRA 1/2 VEDANTE	80	Unidade	R\$ 1,10
358	SAIDA D'AGUA CX DESC ACOPL PADRAO CELITE	30	Unidade	R\$ 58,81

359	SELADOR ACRILICO 3,6L	80	Unidade	R\$ 59,65
360	SELADOR ACRILICO 15L	50	Unidade	R\$ 101,27
361	SERRA PARA CORTAR FERRO	20	Unidade	R\$ 18,01
362	SERRA COPO 3/4 METAL	20	Unidade	R\$ 18,16
363	SERRA COPO 1" METAL	20	Unidade	R\$ 48,32
364	SERRA COPO 20MM C/VIDIA E HASTE PAREDE	20	Unidade	R\$ 44,87
365	SERRA COPO 25MM C/VIDIA E HASTE PAREDE	20	Unidade	R\$ 49,07
366	SERRA COPO 45MM C/VIDIA E HASTE PAREDE	20	Unidade	R\$ 73,34
367	SERRA COPO 50MM C/VIDIA E HASTE PAREDE	20	Unidade	R\$ 75,32
368	SERRA MARMORE	10	Unidade	R\$ 522,10
369	SERROTE 20	20	Unidade	R\$ 45,16
370	SILICONE 280G INC	200	Unidade	R\$ 20,96
371	SOLDA BC CHATA MACHADINHO 50X40 7X4X380	20	Unidade	R\$ 96,81
372	START 20	30	Unidade	R\$ 0,78
373	START 40	30	Unidade	R\$ 1,26
374	SUPORTE P/PAPEL HIG (ROLETE) PVC	20	Unidade	R\$ 28,27
375	TABUA MADEIRA MISTA 25CM CONSTRUCAO	200	Unidade	R\$ 18,25
376	TABUA DE PINO	200	Unidade	R\$ 50,65
377	TARGETA 2" NIQUELADA	80	Unidade	R\$ 12,12
378	TE FERRO GV ROSCAVEL 1 POL	80	Unidade	R\$ 40,46
379	TE GALVANIZADO	200	Unidade	R\$ 35,10
380	TE P/MANG TIPO JIBOIA	20	Unidade	R\$ 8,13
381	TE LISO AGUA 1/2"	150	Unidade	R\$ 4,47
382	TE LISO AGUA 3/4"	150	Unidade	R\$ 2,66
383	TE LISO AGUA 40 MM	150	Unidade	R\$ 5,99
384	TE LISO AGUA 50 MM	150	Unidade	R\$ 6,60
385	TE LISO AGUA 75 MM	150	Unidade	R\$ 29,49
386	TE PVC ESG 40	200	Unidade	R\$ 5,06
387	TE PVC ESG 50	200	Unidade	R\$ 16,60
388	TE PVC ESG 75	200	Unidade	R\$ 13,94
389	TE PVC ESG 100	200	Unidade	R\$ 17,48
390	TE PVC ESG 100X50	200	Unidade	R\$ 25,11
391	TE PVC ESG 100X75	200	Unidade	R\$ 22,28
392	TE PVC LR 20X1/2	200	Unidade	R\$ 3,20
393	TE PVC RED 50X30	200	Unidade	R\$ 8,56
394	TE PVC LR 25X1/2	200	Unidade	R\$ 5,99
395	TE PVC RED 50X25	200	Unidade	R\$ 9,89
396	TE PVC LR 25X3/4	200	Unidade	R\$ 3,73
397	TE PVC ROSCAVEL 3/4"	200	Unidade	R\$ 9,88
398	TE PVC LRM 20X1/2	200	Unidade	R\$ 3,92
399	TE PVC ROSCAVEL 2"	200	Unidade	R\$ 30,13
400	TE PVC LRM 25X1/2	200	Unidade	R\$ 8,28
401	TE PVC SOLD 50MM	200	Unidade	R\$ 15,22
402	TE PVC LRM 25X3/4	200	Unidade	R\$ 8,29
403	TELA GALVANIZADA - ARAME GALVANIZADO 2M ALT 50X50	15	Rolo	R\$ 152,32
404	TE PVC RED 32X25	200	Unidade	R\$ 5,04
405	TELHA FIBROCIMENTO 2,44X50X4MM	300	Unidade	R\$ 20,30
406	TESOURA PARA CORTAR CHAPA DE ZINCO	3	Unidade	R\$ 51,97
407	TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTETICO ACETINADA EM MADEIRA 3,6L	100	Unidade	R\$ 24,62
408	TINTA PISO 15L CORES	300	Unidade	R\$ 261,48
409	TINTA PREMIUM ACRILICA 3,6L CORES ACETINADA	300	Unidade	R\$ 92,54

410	TINTA PVA INTERNA 18L CORES	300	Unidade	R\$ 117,17
411	TORNEIRA JARDIM 1/2" C/BICO PLASTICA	20	Unidade	R\$ 2,80
412	TORNEIRA JARDIM 1/2" C/SAIDA 3/4" PLASTICA	80	Unidade	R\$ 9,91
413	TORNEIRA METAL PARA PIA	80	Unidade	R\$ 60,47
414	TORNEIRA LAVAT B MOVEL CROMADA	30	Unidade	R\$ 102,58
415	TORNEIRA PVC PARA PIA 1/2"	100	Unidade	R\$ 22,19
416	TORNEIRA PIA B MOVEL CROMADA	50	Unidade	R\$ 151,79
417	TRENA 5M	5	Unidade	R\$ 26,83
418	TRENA 50M	5	Unidade	R\$ 62,28
419	TRELIÇA FERRO 8	100	Unidade	R\$ 56,74
420	TUBO PVC AGUA LISO 3/4" MM - VARA COM 6 METROS	150	Unidade	R\$ 26,63
421	TUBO PVC AGUA LISO 60 MM - VARA COM 6 METROS	80	Unidade	R\$ 127,81
422	TUBO PVC AGUA LISO 75 MM - VARA COM 6 METROS	80	Unidade	R\$ 85,21
423	TUBO PVC AGUA LISO 100 MM - VARA COM 6 METROS	80	Unidade	R\$ 149,11
424	TUBO PVC ROSCAVEL AGUA 40 MM - VARA COM 6 METROS	80	Unidade	R\$ 85,21
425	TUBO PVC ROSCAVEL AGUA 50 MM - VARA COM 6 METROS	80	Unidade	R\$ 86,58
426	TUBO ELETRODUTO 25mm	50	Unidade	R\$ 26,63
427	TUBO GALV 1"X2MM	80	Unidade	R\$ 100,92
428	TUBO PVC ESG 100 - VARA COM 6 METROS	200	Unidade	R\$ 127,81
429	TUBO PVC ESG 150-VARA COM 6 METROS	200	Unidade	R\$ 319,53
430	TUBO PVC SOLD 32-VARA COM 6 METROS	400	Unidade	R\$ 85,21
431	SIFÃO TUBO EXTENSIVO UNIVERSAL COM PORCA 72cm	80	Unidade	R\$ 14,29
432	SIFÃO TUBO EXTENSIVO UNIVERSAL COM PORCA 30cm	80	Unidade	R\$ 8,05
433	SIFÃO TUBO EXTENSIVO UNIVERSAL COM PORCA 150cm	80	Unidade	R\$ 20,12
434	SIFÃO SANFONADO DUPLO Dn50	30	Unidade	R\$ 20,24
435	SIFÃO SANFONADO DUPLO Dn40	30	Unidade	R\$ 13,24
436	SIFÃO DO TIPO FLEXIVEL EM PVC 1X1/2	100	Unidade	R\$ 15,43
437	UNIAO SOLDVEL 20MM	100	Unidade	R\$ 10,78
438	UNIAO SOLDVEL 40MM	100	Unidade	R\$ 16,18
439	VALVULA PE DE POÇO 3/4"	50	Unidade	R\$ 66,97
440	VALVULA PE DE POÇO 1"	80	Unidade	R\$ 74,71
441	VALVULA PE DE POÇO 1.1/2"	50	Unidade	R\$ 175,71
442	VALVULA P/CX DESC HYDRA	50	Unidade	R\$ 136,88
443	VALVULA PIA 3.1/2 PIA AMERICANA PVC CROMADA	50	Unidade	R\$ 28,61
444	VALVULA PVC PARA CAIXA	50	Unidade	R\$ 46,63
445	VALVULA PVC PARA PIA	100	Unidade	R\$ 17,92
446	VALVULA PVC ESG 100 MM FOSSA	100	Unidade	R\$ 115,01
447	VALVULA P/LAVATORIO 10 CM	20	Unidade	R\$ 43,62
448	VALVULA RETENCAO 3/4"	80	Unidade	R\$ 60,52
449	VALVULA RETENCAO 1"	80	Unidade	R\$ 37,38
450	VALVULA RETENCAO 1.1/2"	80	Unidade	R\$ 64,97
451	VASO SANITARIO INFANTIL	50	Unidade	R\$ 745,50
452	VASO SANITARIO BC	80	Unidade	R\$ 639,05
453	VASSOURAO GARI 40CM C/CABO	30	Unidade	R\$ 35,60
454	VEDA CALHA 280G	100	Unidade	R\$ 8,21

455	VEDA ROSCA 12X10M	50	Unidade	R\$ 19,92
456	VEDA ROSCA 18X25M	100	Unidade	R\$ 3,35
457	VERGALHÃO 3/8X12M	500	Unidade	R\$ 72,49
458	VERGALHÃO 12.5MMX12M	200	Unidade	R\$ 60,94
459	VIGA TRELIÇADA 3mx13cmx3cm	500	Unidade	R\$ 37,14
460	VIGA DE CONCRETO	500	Unidade	R\$ 81,96
461	ZARCAO 0,9L	50	Unidade	R\$ 31,08
462	ZARCAO 3,6L	50	Unidade	R\$ 78,20
463	PISTOLA DE SILICONE	5	Unidade	R\$ 45,63
464	CABO DE AÇO 1/8 GALVANIZADO FLEXÍVEL 3,2MM	3000	Metro	R\$ 1,45
465	CORRENTE DE FERRO GALVANIZADO	500	Metro	R\$ 29,13
466	BOTA DE COURO COM ELASTICO	100	Par	R\$ 68,95
467	CABO FLEXIVEL 10MM REFRAN	1500	Unidade	R\$ 7,46
468	CABO FLEXIVEL 6M2 750V	700	Unidade	R\$ 4,87
469	CABO PP 3X10MM 750 V	500	Unidade	R\$ 27,29
470	LUMINARIA LED 200W 6500K	500	Unidade	R\$ 193,31
471	ABRAÇADEIRA DE NYLON DE 15 CM E 20CM. PACOTE COM 100 UNID	150	Pacote	R\$ 24,50
472	ASPESSOR DE IRRIGAÇÃO DE METAL COM ALTA VAZÃO	100	Unidade	R\$ 28,23
473	ASPESSOR DE NYLON ER EM POLIAMIDA	100	Unidade	R\$ 29,56
474	THINNER 101 TIPO SOLVENTE. 5 LTS.	50	Unidade	R\$ 84,24
475	TELA MOSQUETEIRO 150M ROLO COM 50 METROS	15	Rolo	R\$ 303,11
476	ALÇAS PARA CABOS MULTIPLEXADOS DE 16MMM	500	Unidade	R\$ 7,05
477	PARAFUSOS DE 250 MM COM PORCA	300	Unidade	R\$ 12,47
478	OLHAL COM ROSCA	300	Unidade	R\$ 12,09
479	OLHAL LISO	300	Unidade	R\$ 14,67
480	SAPATAS PARA CABO DE 16MM	500	Unidade	R\$ 8,78

3.2. O custo estimado total para a aquisição dos produtos é de R\$ 3.570.081,29 (três milhões quinhentos setenta mil, oitenta e um real e vi).

3.2.1. As quantidades são estimadas e as aquisições serão realizadas de forma parcelada, nas quantidades e formas requisitadas pela Administração Municipal.

3.2.2. É facultada a solicitação de amostras dos produtos ofertados para verificação do atendimento das especificações mínimas exigidas neste termo.

4. DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

4.1. Os produtos deverão atender aos padrões de conservação, comercialização e consumo presentes na legislação em vigor, específica para o objeto em questão;

4.2. O prazo de entrega dos produtos é de 5(cinco) dias úteis, contados do recebimento da respectiva ordem de compra.

4.2.1. Os produtos deverão ser entregues no município de Japi/RN nos endereços designados nas Ordens de Compra.

4.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 3 (três) meses.

4.4. Os bens serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta

4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5(cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8. A Secretaria Municipal responsável pelo recebimento e fiscalização dos serviços, efetuará inspeção, para comprovar se o objeto atende as especificações mínimas exigidas ou superiores aquelas oferecidas pela CONTRATADA.

4.9. Quaisquer exigências da(s) Secretarias inerentes ao objeto e termos do Edital deverão ser atendidas em até 05 (cinco) dias pela contratada, sem ônus para a Administração.

4.10. Será procedida cuidadosa vistoria por parte da fiscalização, verificando a perfeita aferição dos materiais especificados no Edital e Anexos, sendo recusados todos aqueles que estiverem em desacordo.

4.11. O Município não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da licitante contratada executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

4.12. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados neste Termo de Referência e/ou ordem de compra, conforme as condições e as necessidades do licitante.

4.13. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências da sede da Secretaria Solicitante é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a Prefeitura Municipal de Japi/RN responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.14. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

4.15. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

4.16. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

4.17. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos arts. 115 a

123 da Lei Federal 14.133/21.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.18. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

4.19. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

4.20. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

4.21. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

4.22. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de Licitação.

4.23. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.24. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos arts. 115 a 123 da Lei Federal 14.133/21.

DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/2021, está abaixo indicado e será considerados da emissão do Pedido de Compra.

7.1.1. Entrega: Conforme Ordem de Compra e critérios estabelecidos no item 4 deste termo.

7.2. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21 e, em caso de contratação, será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada nos termos dos arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

8. DO REAJUSTAMENTO

8.1. Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano.

8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da assinatura do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprescindível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

8.9. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados bem como as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

9.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

9.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

9.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

11. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.1.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.1.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.2.1 CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral

da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

11.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.2.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

11.2.7 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

11.2.8 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.2.9 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.2.10 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.2.11 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.2.12 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.3.1 Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

11.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.4.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

12. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

13.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas no art. 155 da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b- multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c- multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, e VII do caput do referido art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

14.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.3. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

15. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas no termo contratual.

Japi/RN, 19 de maio de 2026.

HERON RÉGIS DE MEDEIROS PINTO
Secretária Municipal de Infraestrutura

Autorizado por:

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal

ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXX
PROCESSO Nº XXXX/XXXX

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, DECLARA:

I) ATENDIMENTO AO ART. XX, INCISO X da LEI 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz (Artigo 7º, inciso XXXIII, CRFB);

II) A INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO, nas licitações promovidas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI/RN e que não foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

III) TER CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.

IV) Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

V) DECLARA sob as penas da Lei, que **não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, **empregados executando trabalho degradante ou forçado**.**

VI) DECLARA sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

VII) DECLARA, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e data,

carimbo (ou nome legível) e assinatura e do Representante legal

ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº XX/2025
Tipo: **Menor preço POR ITEM**

À
Prefeitura Municipal de _____/RN
A/C: Sr. Agente de Contratação.

Declaramos para os devidos fins e sob as penalidades da lei, que o(s) bem(s) cotado(s) na presente proposta e respectivo(s) valor(s) unitário(s) e total (is) proposto(s), contemplam e atendem as especificações mínimas exigidas no Pregão Eletrônico nº _____/2026.

DESCRIÇÃO DOS ITENS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
Valor do TOTAL (R\$) – por extenso						

- Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, como fretes, impostos, obrigações, entre outros, necessários para o cumprimento do objeto da licitação e temos disponibilidade para entrega nas quantidades solicitadas no local definido pela Administração Municipal.
- O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias consecutivos a contar do dia da apresentação dos documentos de habilitação e propostas.
- Prazo de execução, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência (ANEXO I).
- Prazo de garantia dos produtos, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.
- Caso nos seja homologado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato após convocação no prazo estabelecido no edital, indicando para tanto como nosso representante legal junto a nossa empresa o Sr. _____, RG: _____ CPF: _____ (FUNÇÃO NA EMPRESA) residente e domiciliado na _____.
- O nome comercial da proponente, número do CNPJ ou CPF, endereço, telefone e fax.
- Dados bancários da empresa, nome do banco, agência e conta-corrente.
- **Para finalizar, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as regras e condições colocadas no edital e também em seus anexos.**

Atenciosamente,

Data: _____

Assinatura: _____

ANEXO IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX
PROCESSO Nº XXXX/XXXX

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AREZ, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A PESSOA JURÍDICA ELENCADE NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO GRADUAL DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E HIDRÁULICOS DIVERSOS, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE JAPI/RN, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

O Município de Japi/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **08.159.071/0001-43** com sede a Rua João Batista Confessor, 19, Centro, Japi/RN, 59.213-000, neste ato representado pela Exma. Sra. Prefeita Municipal, Simone Fernandes da Silva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 051.407.164-88, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR – PROMITENTE CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº XX/2026 -SRP, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO GRADUAL DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E HIDRÁULICOS DIVERSOS, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE JAPI/RN**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA:						
CNPJ:						
ENDEREÇO:						
ITENS	DESCRIÇÃO	UNID	QNT	MARCA	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$

A presente Ata apresenta o valor total de **R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1. Por razão de interesse público;

6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, ficando o Foro da Comarca de Japi/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta.

Japi/RN, ____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE JAPI/RN
CONTRATANTE

ASSINATURA LICITANTE VENCEDOR

TESTEMUNHAS:

1ª: _____

2ª: _____

CPF.: _____

CPF.: _____

ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/XXXX
PROCESSO Nº XXXX/XXXX

TERMO DE CONTRATO Nº _____/2025 PARA A AQUISIÇÃO GRADUAL DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E HIDRÁULICOS DIVERSOS, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE JAPI/RN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JAPI/RN – PREFEITURA MUNICIPAL E A PESSOA JURÍDICA _____, CNPJ Nº _____, NA FORMA AJUSTADA.

O Município de Japi/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **08.159.071/0001-43** com sede a Rua João Batista Confessor, 19, centro, Japi/RN, 59.212-000, neste ato representado pela Exma. Sra. Prefeita Municipal, Simone Fernandes da Silva, casada, inscrita no CPF sob nº 051.159.071-88, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídicas - CNPJ sob o número _____, sediada na _____, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pela _____, residente e domiciliado na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/XXXX**, Processo n.º **XXXX/XXXX**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula 1ª DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a **Aquisição gradual de materiais de construção e hidráulicos diversos, visando atender as demandas do município de Japi/RN.**

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Discriminação do objeto:

Cláusula 2ª DA VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ___/___/_____ e encerramento em 31/12/20___, podendo ser prorrogado na forma do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

Cláusula 3ª DO PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Cláusula 4ª DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 20... , na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:
Fonte:
Programa de Trabalho:
Elemento de Despesa:

Cláusula 5ª DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados bem como as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

5.2 O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

5.3 Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

5.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.5 A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.

5.6 As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

5.7 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

Cláusula 6ª DO REAJUSTAMENTO

6.1 Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

6.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da assinatura do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprescindível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

6.9 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

Cláusula 7ª DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

Cláusula 8ª DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

8.1. Os produtos deverão atender aos padrões de conservação, comercialização e consumo presentes na legislação em vigor, específica para o objeto em questão;

8.2. O prazo de entrega dos produtos é de 5(cinco) dias úteis, contados do recebimento da respectiva ordem de compra.

8.2.1. Os produtos deverão ser entregues no município de Japi/RN nos endereços designados nas Ordens de Compra.

8.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 3 (três) meses.

8.4. Os bens serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta

8.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5(cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.8. A Secretaria Municipal responsável pelo recebimento e fiscalização dos serviços, efetuará inspeção, para comprovar se o objeto atende as especificações mínimas exigidas ou superiores aquelas oferecidas pela CONTRATADA.

8.9. Quaisquer exigências da(s) Secretarias inerentes ao objeto e termos do Edital deverão ser atendidas em até 05 (cinco) dias pela contratada, sem ônus para a Administração.

8.10. Será procedida cuidadosa vistoria por parte da fiscalização, verificando a perfeita aferição dos materiais especificados no Edital e Anexos, sendo recusados todos aqueles que estiverem em desacordo.

8.11. O Município não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da licitante contratada executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

8.12. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Termo de Referência e/ou ordem de compra, conforme as condições e as necessidades do licitante.

8.13. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências da sede da Secretaria Solicitante é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a Prefeitura Municipal de Japi/RN responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

Cláusula 9ª DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1 Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

Cláusula 10ª DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

10.2 Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

10.3 Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

10.4 Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos arts. 115 a 123 da Lei Federal 14.133/21.

Cláusula 11ª DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

11.2 Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

11.3 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

11.4 Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

11.5 Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de Licitação.

11.6 Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

11.7 Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos arts. 115 a 123 da Lei Federal 14.133/21.

Cláusula 12ª DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas no art. 155 da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b- multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c- multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas

previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, e VII do caput do referido art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

12.2 Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

12.3 Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

Cláusula 13ª DA RESCISÃO

13.1 O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

13.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos Artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3 O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3 Indenizações e multas.

Cláusula 14ª DAS VEDAÇÕES

14.1 É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

Cláusula 15ª DAS ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 ao 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Cláusula 16ª DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

Cláusula 17ª DA PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, nos Diários Oficiais e no PNCP, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Cláusula 18ª DO FORO

18.1 É eleito o Foro da Comarca de Santa Cruz/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do Art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21.

18.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

JAPI/RN, de..... de 2025.

MUNICÍPIO DE JAPI/RN
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª: _____

2ª: _____

CPF.: _____

CPF.: _____